

PERSPECTIVAS SOBRE A PRELAZIA DO REINO EM TEMPOS DIONISINOS

por Armando Luís de Carvalho Homem*

«Lorsqu'on prend en considération l'histoire de l'Église séculière, c'est-à-dire l'histoire du clergé séculier et de la hiérarchie à la tête de laquelle se trouve le pape, (...) on constate que le bilan des travaux (livres) publiés en France depuis vingt ans est relativement modeste» (Marcel Pacaut)¹.

As palavras de M. Pacaut que transcrevi a abrir, de plena e óbvia pertinência na Historiografia medievística do seu País pelo final dos anos 80, acrescida oportunidade terão hoje, e aqui. À partida, a configuração, relativamente tardia, do *secular* no seio do Clero: como escreveu há anos Bernard Guillemain, «[Le clergé séculier] *n'a reçu que tardivement son identité. Il a été défini par opposition aux réguliers et ce fut au XIIe siècle, quand le vent réformateur souffla et quand l'Église fut contestée par des groupes dénoncés comme hérétiques que la nécessité s'imposa de désigner par une appellation commune l'ensemble des hommes d'Église qui ne suivaient pas une règle*»². Ao mesmo tempo, e como salienta Alain Boureau, a

* Universidade do Porto; professor convidado da Universidade *Autónoma* de Lisboa.

¹ M. PACAUT, «Le clergé séculier», parte I de «Histoire de l'Église», por [...] e B. GUILLEMAIN, in *L'Histoire Médiévale en France: bilan et perspectives*, ed. M. BALARD, Paris, Seuil, 1991, p. 128.

² B. GUILLEMAIN, «Conclusion», in *Le clerc séculier au Moyen Age. XXIIe Congrès de la S.H.M.E.S.* [Amiens, 1991], Paris, Publications de la Sorbonne, 1993, pp. 275-6.

conceptualização do *secular* como algo a encarar no âmbito de um conjunto de transformações das sociedades ocidentais do século XIII: «*le passage d'une société faite d'ensembles disjoints vers une communauté se pensant comme continue, sous la direction d'une figure située à la fois au sommet de la hiérarchie et au-dessus d'elle (le pasteur, le roi)*»³. Por outro lado - e passando agora do histórico ao historiográfico - , em termos europeus, a 'dianteira' de uma História da Igreja monástica prende-se naturalmente com as prioridades do «fazer História»: os mosteiros enquanto terratenentes, ou enquanto pólos de criação, transmissão ou irradiação cultural, apresentavam-se, naturalmente, como atraentes da atenção da florescente História da ruralidade ou de uma História intelectual e mental em renovação; enquanto que a abordagem do clero secular, do Papado, da hierarquia episcopal ou do conciliarismo se apresentava como que 'contaminada' por paradigmas tradicionais⁴.

A emergência do que já não é ousado chamar «nova História política» não deixou de ter incidências neste campo. Como é plenamente sabido, os caminhos da renovação do *biográfico* que levaram ao desenvolvimento da prosopografia fluíram, nas fases iniciais, no seio de micro-populações tendencialmente laicas: oficiais e conselheiros régios, homens de Leis, membros de executivos urbanos, etc. Com clérigos também presentes, como é óbvio; mas não *imediatamente* em função do seu estado. Só em fases mais recentes isso tem vindo a acontecer:

- Pela busca do que possam ter sido aportações de modelos institucionais da igreja para o seio do emergente *Estado Moderno*⁵;

- pelo facto de clérigos seculares ostentarem não raro vidas e carreiras no serviço, sucessivo ou cumulativo, de Deus e do Príncipe: *Entre l'Église et l'État*, como escreveu Bernard Guenée no título de um livro hoje clássico⁶;

- pela circunstância de os *cabidos* catedrais - como órgãos colegiais que são - ostentarem múltiplos pontos de contacto com órgãos outros, como os conselhos régios ou os executivos urbanos;

³ A. BOUREAU, «Hypothèse sur l'émergence lexicale et théorique de la catégorie de séculier au XIIIe siècle», in *Le clerc séculier*, cit., p. 43.

⁴ M. PACAUT, «Le clergé séculier», cit., p. 129.

⁵ Cf. por todos o Colóquio *État et Église dans la genèse de l'État Moderne*, ed. J.- Ph. GENET e B. VINCENT, Madrid, Casa de Velázquez, 1986 (e particularmente as contribuições de P. TOUBERT - sobre a importância do momento gregoriano - e de J. VERGER - sobre modelos institucionais da Igreja).

⁶ Bernard GUENÉE, *Entre l'Église et l'État. Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Age (XIIIe-XVe siècle)*, Paris, Gallimard, 1987, *maxime* a «Introduction», pp. 7-47.

- ou, finalmente, pelo facto de - e sem embargo de o estatuto canónico do bispo o colocar mais numa postura de dependência vertical face àquele de quem seja sufragâneo ou face a Roma do que numa de solidariedade horizontal face aos seus pares⁷ - o episcopado se afirmar como importante subsector da sociedade política, não raro participando individualmente no serviço do Príncipe ou sendo colectivamente tomado por este como interlocutor no seio da Igreja (v.g. D. Dinis, 1284).

Uma *démarche* como a que hoje lhes proponho, vejo-a, além do mais, 'legitimada' por abordagens como a de Oliveira Marques, sucintamente, para os nossos bispos de Trezentos e de Quatrocentos⁸ ou o que eu próprio pude apurar para o episcopado dos 35 anos iniciais de D. João I (\pm 1385-1420)⁹. E saliente-se também o interesse recente de jovens investigadores por temáticas ligadas a bispos/dioceses/cabidos, que levou a que estejam neste momento em curso, em várias Universidades, trabalhos sobre Braga, Lamego, Coimbra, Lisboa e Évora¹⁰.

Assentemos pois no Portugal dionisino. 46 anos de reinado, portanto. Nove dioceses, número que fôra fixado há já algum tempo e que - com ressalva de ajustes territoriais no século XV - será mantido até Quinhentos. Um questionamento às suas vidas e carreiras - inspirado por trabalhos de Bernard Guenée¹¹, Pierre Desportes/Hélène

⁷ Joseph LÉCUYER, «Épiscopat», in *Dictionnaire de Spiritualité Ascétique et Mystique. Doctrine et Histoire*, fascs. 26-27 (Mai.1959) e 28-29 (Mar.1960), cols. 879-96 e 897-907, respectivamente.

⁸ A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV-XV* (= *Nova História de Portugal*, dir. por Joel SERRÃO e [...], IV), Lisboa, Presença, 1987, pp. 220-30.

⁹ A. L. de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 176-83 *et passim*.

¹⁰ A arquidiocese de Braga, onde foram pioneiros os sólidos estudos de Avelino de Jesus da COSTA e de José MARQUES, está neste momento, e ao nível do *cabido*, a conhecer abordagens sistemáticas, no âmbito do Mestrado em *História e Cultura Medieval* da U. Minho: cf. entretanto, e também, M.^a Angelina C. M. P. BRANDÃO, *D. Jorge da Costa na Arquidiocese de Braga (1486-1501)*, dissert. de mestrado/U. Porto, policop., Porto, 1996. Lamego, ao tempo dos seus 4 primeiros prelados, é objecto de estudo de Anísio SARAIVA, no âmbito do mestrado em *História Medieval* da U. Coimbra. A chancelaria episcopal de Coimbra é tema da tese de doutoramento a apresentar por M.^a do Rosário MORUJÃO à mesma Universidade. Enquanto que a diocese de Évora é tema de investigações (igualmente com intuítos doutorais na U. local) de Herminia Vasconcelos VILAR.

¹¹ Cf. *supra*, nota 6.

Millet¹², J. Sanchez-Herrero¹³ ou José Manuel Nieto Soria¹⁴, por exemplo - que passa por origens locais e familiares, formação, entrada no clero, *cursus honorum*, parentescos com outros prelados ou clérigos e (eventuais) estratégias de actuação.

Avancemos, portanto¹⁵. Ao que é possível hoje saber-se, os nossos 41 prelados são maioritarissimamente naturais do Reino. Os 4 castelhanos e o francês detectáveis serão pois as excepções que confirmam a regra: são eles, respectivamente, D. Telo (Braga), D. João Martins (Guarda), D. Afonso das Astúrias (Lamego), D. Fr. Domingos Soares (Silves) e D. Ayméric d'Ébrard (Coimbra).

Quanto a enraizamentos locais ou regionais dentro do Reino, é matéria para já pouco conhecida. E no tocante a parentescos, somente duas situações de tio/sobrinho e uma de concunhado. Mas as investigações actualmente em curso deverão aumentar de modo não desprezível o que hoje sabemos. No estado actual de conhecimentos, aponte-se como particularmente significativo aquilo que Hermínia Vilar pôde inquirir sobre os percursos eclesiásticos de diversos membros da família Oliveira, de Évora: dela saiu um prelado eborense do tempo de Afonso III (D. Martinho Pires) e um prelado bracarense de tempos dionisinos: D. Martinho Pires de Oliveira. Saliente-se o parentesco deste, por afinidade, com D. João Martins de Soalhães, prelado de Lisboa e seu sucessor em Braga; a protecção que facultou

¹² P. DESPORTES, H. MILLET *et al.*, *Diocèse d'Amiens (= Fasti Ecclesiae Gallicanae. Répertoire prosopographique des évêques, dignitaires et chanoines des diocèses de France de 1200 à 1500, t. I)*, s.l., Brepols, 1996.

¹³ José SANCHEZ HERRERO, *Las diocesis del reino de Leon. Siglos XIV y XI*; Leon, 1978.

¹⁴ J. M. NIETO SORIA, «Le pouvoir royal et l'épiscopat en Castille, XIIIe-XIVe siècles». *Le Moyen Âge*, XLII/3-4 (1986), pp. 383-403; Id., *Iglesia y poder real en Castilla: El Episcopado, 1250-1350*, Madrid, Universidad Complutense, 1988.

¹⁵ No estabelecimento das listas dos prelados e nos dados biográficos, foram utilizados os seguintes estudos: Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, 2.^a ed., vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, pp. 263-78 e 501-21; António Domingues de Sousa COSTA, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XI (Revisão crítica dos autores) I. (1394-1463)*, Braga, Editorial Franciscana, 1986; Manuel Gonçalves da COSTA, *História do Bispado e Cidade de Lamego, I. Idade Média: A Mitra e o Município*, Lamego, 1977; J. Augusto FERREIRA, *Fastos Episcopais da Igreja primacial de Braga (Século III-século XX)*, Vols. I e II, Famalicão, 1928-1930; Id., *Memórias archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos episcopais e políticos, sec. VI-sec. XX)*, Braga, 1923-1924; Jesué Pinharanda GOMES, *História da Cidade e Diocese da Guarda*, Braga, Pax, 1980; Domingos A. MOREIRA, *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos altomedievais*, I parte, *Introdução Histórica Geral*, Porto, 1973; e Hermínia VILAR, «Percursos eclesiásticos e estratégias familiares: o caso da família Oliveira de Évora na transição do século XIII para o XIV» (inédito; agradeço à Autora a possibilidade de acesso a este estudo).

ao futuro prelado bracarense D. Gonçalo Pereira; as estreitas relações com o cabido de Évora (onde fôra chantre), que em diversas ocasiões privilegiará e onde terá um sobrinho como cônego e mais dois na dignidade de deão; e os ulteriores percursos episcopais de seus sobrinhos D. João Afonso de Brito (em Évora e Lisboa) e D. Martinho Afonso (em Évora).

De onde vem um prelado quando nomeado para uma dada diocese ?

Dos 21 casos em que existem antecedentes conhecidos, 9 referem-se à passagem anterior por outras dioceses: destaque para o Porto, de cuja diocese saem 3 prelados para alhures, e para Lisboa, de onde saem 2, ambos, por sinal, para Braga: D. João Martins de Soalhães e D. Gonçalo Pereira. Outros bispos em destaque pela passagem por mais do que uma sé serão D. Vasco Martins de Alvelos (Lamego e Guarda), D. Domingos Jardo (Évora e Lisboa), os 2 já referidos arcebispos de Braga com origem em Lisboa, D. Fr. Estêvão (Porto e Lisboa) e D. Geraldo Domingues (Porto e Évora). Neste pequeno universo de prelados sucessivamente em várias dioceses, a afirmação de Braga e também de Lisboa como ponto de culminar de carreiras episcopais; e, para o fim do período considerado, o início de uma afirmação de Évora, que a próxima tese de doutoramento de Hermínia Vilar esclarecerá devidamente.

Mas a origem de um prelado pode estar também num cabido, da mesma ou de outra diocese: acontece em 7 casos. O primeiro destaque vai agora para o cabido de Coimbra, de onde saem 3 prelados, com realce para o próprio conimbricense D. Raimundo; enquanto que a instituição capitular de Évora fornece um bispo à própria diocese (D. João Afonso de Brito) e um arcebispo a Braga (D. Martinho de Oliveira).

Os restantes antecedentes reportam-se ao clero regular, em situações não muito bem conhecidas. Faça-se no entanto ressaltar que um monge alcobacense, Fr. Bartolomeu, será bispo de Silves em finais de Duzentos.

Que longevidade a dos bispos do tempo nas suas dioceses ?

Pode dizer-se que os valores são medianos: dos 48 episcopados (desdobrando, obviamente os dos prelados que passaram por mais que uma diocese), 17 (35,4 %) não ultrapassaram os 5 anos. Não é propriamente pouco. E ao mesmo tempo, no outro extremo, apenas 5 (10,4 %) ultrapassaram os 20 anos (e, entre eles, apenas 1 ultrapassou os 30). Simplesmente, 20 dos prelados dionisinos estiveram *en place* entre 6 e 20 anos (31,6 % do total). Ou seja: uma estabilidade relativa, num reinado que não ficou longe do meio século.

Os percursos ulteriores dos prelados que não morreram na sua diocese não se revelam particularmente dignos de realce. Nenhum parece ter atingido a púrpura (Havia um antecedente recente [1278], na pessoa de D. Ordonho Álvares, arcebispo de Braga). Avultam portanto as situações de passagem a outras dioceses: onze. Já vimos os casos de dioceses portuguesas, a que, portanto, não voltarei. Mas não deixarei de salientar os 3 bispos cuja carreira episcopal tenha prosseguido em Castela: o bispo da Guarda D. Afonso das Astúrias (Salamanca); o bispo do Porto e de Lisboa D. Fr. Estêvão (Cuenca); e o bispo do Porto D. Fernando Ramires (Jaen e Badajoz).

Que importância terá tido o serviço régio na carreira dos nossos prelados ?

Diminuta, podemos desde já responder, abarcando 5 prelados, num total de 6 situações:

- A faceta do serviço régio que mais frequentemente solicitou os membros do episcopado foi a *diplomacia* além-fronteiras: em três ocasiões, bispos houve enviados a Roma pelo monarca - os arcebispos bracarenses D. Martinho de Oliveira e D. João Martins de Soalhães e o bispo de Lisboa, D. Mateus, este ainda em tempos de Afonso III;

- para além disto, o bispo de Silves D. Bartolomeu fôra *físico* de Afonso III; o arcebispo D. Martinho de Oliveira será «clérigo de el-Rei» (expressão de significado ainda não totalmente claro) em tempo de D. Dinis; e o bispo da Guarda D. Martinho virá a ser ocasional redactor de actos da *Chancelaria* régia em 1320-21¹⁶.

Resta-me acrescentar, para concluir, que os prelados dionisinos também se deslocaram além-fronteiras ao serviço da própria Igreja, e em maior número de casos do que os anteriormente referidos: cinco. No concílio de Lyon (1274), esteve o bispo de Silves D. Bartolomeu; em Avinhão estiveram, *ca.* 1320, D. Fr. Estêvão, ao tempo bispo de Lisboa, e D. Fernando Ramires, bispo do Porto - e à deslocação não era estranha a situação de «guerra civil»/1319-24; e no concílio compostelano de 1310, realizado em Salamanca, esteve o então bispo da Guarda, D. Vasco Alvelos.

E será tempo de fechar. Do exposto, creio poder avançar as seguintes notas conclusivas:

1) O episcopado dionisino é, portanto, acentuadamente 'nacional'. O que, todavia, não impede um certo grau de

¹⁶ A. L. de Carvalho HOMEM. *O Desembargo Régio*. cit. (cf. *supra*. nota 9), pp. 369 e 454.

‘capilaridade’ Portugal/Castela em termos de sequência de carreiras eclesiásticas.

2) Para além dos casos de prelados que sucessivamente exerceram em várias dioceses, o principal alfofre dos bispos estará nos cabidos e suas dignidades, particularmente a de cônego.

3) Sem maioritariamente atingirem grandes longevidades de exercício, os prelados dionisinos foram no entanto relativamente estáveis à frente das respectivas dioceses.

4) O serviço do Rei somente motivou/solicitou um reduzido montante dos bispos do tempo. E, ainda assim, nas mais das vezes em situações não-quotidianas (missões diplomáticas no exterior do Reino), claramente predominantes sobre ofícios de Corte, estáveis e permanentes. O que não deixa de ser significativo, em tempo ainda de acentuado predomínio eclesiástico entre a oficialidade burocrática¹⁷. Se *Entre l’Église et l’État* é ‘dilema’ ou complementaridade para o clero médio-alto de finais da Idade Média, então para os nossos prelados da viragem de Duzentos para Trezentos tal ‘dilema’ não terá chegado a colocar-se: foram muito mais homens de Igreja do que homens de Estado.

5) Bem importaria que a investigação próxima-futura esclarecesse melhor questões como a das raízes locais e regionais, parentescos, estratégias de grupo e percursos individuais. E pelas monografias sobre dioceses e cabidos que há em execução (a que bom seria que se juntassem abordagens biográficas de prelados) bem poderemos ter algum optimismo nesta matéria.

E, como diria Bernard Guenée: «*É isto, pelo menos, aquilo que eu tenderia a afirmar no momento presente. Mas é bem possível que múltiplas investigações, distinguindo momentos, lugares e ambientes, tragam a este panorama mais do que simples nuances e tirem consequências que eu não posso, de momento, imaginar quais sejam*»¹⁸.

Porto, 28 de Novembro de 1997

¹⁷ Cerca de um terço na década de 1320 (Cf. A.L. de Carvalho HOMEM. *O Desembargo Régio*. cit. [cf. *supra*, nota 9], pp. 176-179, 209-211, 472-473, 538 et *passim*).

¹⁸ B. GUENÉE. «L’âge des personnes authentiques: ceux qui comptent dans la société médiévale sont-ils jeunes ou vieux ?», in *Prosopographie et genèse de l’État Moderne*, ed. F. AUTRAND, Paris, ENSJF, 1986, p. 279: «C’est du moins ce que j’aurais tendance à croire à l’heure actuelle. Mais il est bien possible que de

**Bispos das Dioceses do Reino
(1279-1325)**

(41 individualidades)

1. BRAGA

- D. Ordonho Álvares (1275-1279)
- D. Telo (1279-1292)
- D. Martinho de Oliveira (1292-1313)
- D. João Martins de Soalhães (1313-1323)
- D. Gonçalo Pereira (1323-13--)

2. COIMBRA

- D. Ayméric (1279-1295)
- D. Pedro (1297-1301)
- D. Fernando (1302-1303)
- D. Estêvão Anes (1303-1318)
- D. Raimundo (1320 ?- 1333)

3. ÉVORA

- D. Durando (1267- ca. 1283)
- D. Domingos Anes Jardo (1285-1289)
- D. Pedro (1292 - ca. 1296)
- D. Fernando (ca. 1297-1314)
- D. Geraldo Domingues (1315-1321)
- D. João Afonso de Brito (1321-1326)

4. GUARDA

- D. João Martins (ca. 1280-1301)
- D. Vasco Martins de Alvelos (1302- ca. 1313)
- D. Estêvão (1314- ?)

multiples enquêtes, distinguant les temps, les lieux et les milieux, y apportent plus que des nuances, et en tirent des conséquences que je ne soupçonne pas».

- D. Martinho (1319 - *ca.* 1322)
- D. Guterre (1323- ?)

5. LAMEGO

- D. Gonçalo (1275-1282)
- D. João (1285-1296)
- D. Vasco Martins de Alvelos (1297-1302)
- D. Afonso das Astúrias (1302-1308)
- D. Diogo (*ca.* 1309- ?)
- D. Rodrigo de Oliveira (1312-1330)

6. LISBOA

- D. Mateus (1258-1282)
- D. Estêvão Anes de Vasconcelos (? - ?)
- D. Domingos Anes Jardo (*ca.* 1290-1293)
- D. João Martins de Soalhães (1294-1312)
- D. Fr. Estêvão (1312-1322)
- D. Gonçalo Pereira (1322-1323)

7. PORTO

- D. Vicente (*ca.* 1260-1296)
- D. Sancho Pires (1296-1300)
- D. Geraldo Domingues (1300-1308)
- D. Fr. Estêvão (*ca.* 1311-1313)
- D. Fernando Ramires (1313- ?)
- D. João Gomes (1323-1325)

8. SILVES

- D. Fr. Bartolomeu (*ca.* 1270 - *ca.* 1290)
- D. Fr. Domingos Soares (1292 - *ca.* 1296)
- D. João Soares Alão (1297- *ca.* 1310)
- D. Afonso Anes (*ca.* 1312- *ca.* 1320)
- D. Pedro (*ca.* 1322-*ca.* 1332)

9. VISEU

- D. Mateus II (*ca.* 1279-1287)
- D. Egas (1289-1313)
- D. Martinho (1313- *ca.* 1323)
- D. Gonçalo (1323-1328)

